

Concais S.A.

CNPJ nº 02.092.233/0001-97

Relatório Anual da Administração

Senhores Acionistas, A Administração da Concais S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024, elaboradas a Presidência, a Diretoria e a Administração da Concais S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Concais no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS). São Paulo, 16 de abril de 2026. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)													
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reservas estatutárias	Retenção de lucros	Total
Circulante		66.179	66.606										
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.155	43.839	Receita operacional líquida	19	219.047	188.825	4.520	904	904	452	452	6.780
Contas a receber de clientes	5	14.723	20.559	Custo de prestação de serviços	20	(52.377)	(43.509)	-	-	-	-	-	75.926
Tributos a recuperar	6	2.158	1.852			166.670	145.316	19.3	-	-	-	-	(22.778)
Outros créditos	7	100	251	(+/-) Despesas e receitas operacionais:									53.148
Despesas antecipadas	8	43	105	Despesas administrativas e comerciais	21	(27.490)	(22.781)						87.395
Não circulante		158.623	87.208	Despesas financeiras	22	1.593	297						59.928
Partes relacionadas	9	42.597	37.997	Lucro antes do resultado financeiro		140.774	122.834						87.395
Depósitos judiciais	17	83.745	49.211	Despesas financeiras		(5.810)	(6.061)						(26.218)
Tributos a recuperar	6	32.282	-	Receitas financeiras		5.207	5.069						(114.325)
Imobilizável	10	2.538	2.931	Resultado antes das provisões tributárias		140.171	121.840						6.780
Intangível	11	37.210	38.565	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	25	(52.776)	(45.914)						-
Total do ativo não circulante		198.371	128.704	Lucro líquido do exercício		87.395	75.926						-
Total do ativo		264.552	195.310	Lucro por ação (em R\$)		2,36202	2,05206						-
Passivo e patrimônio líquido		264.552	195.310										-
Circulante		81.161	24.576										-
Empréstimos e financiamentos	12	-	3.451	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									-
Fornecedores	13	2.401	1.885	Lucro líquido do exercício		87.395	75.926						-
Obrigações trabalhistas	14	1.128	904	Outros resultados abrangentes		-	-						-
Obrigações tributárias	14	1.292	2.460	Resultado abrangente do exercício		87.395	75.926						-
Dividendos a pagar	18.3	23.441	8.717										-
Outras contas a pagar	15	45.437	15.009										-
Compromisso com poder concedente	16	7.461	7.000										-
Não circulante		176.610	110.806										-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	17	161.900	96.184										-
Compromisso com poder concedente	16	14.710	14.622										-
Patrimônio líquido		6.780	59.928										-
Capital social	18.1	4.520	4.520										-
Reserva legal e de lucros	18.2	2.260	55.408										-
Total do passivo e patrimônio líquido		264.552	195.310										-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Concais S.A. ("Concais" ou "Companhia") foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados da Autoridade Portuária de Santos - APS (objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a APS e a Companhia. Tem sua Sede e Foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffree, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o Terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 1º de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA); reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual de IGP-M para IPCA. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 16 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimonial. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente essas estimativas e suas políticas. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **3. Sumário das principais políticas contábeis:** **a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos valores prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que ocorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de

aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Instrumentos financeiros:** **Ativo financeiro:** • **Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfizesse os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. • **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado do ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. • **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro:** • **Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. • **Mensuração subsequentemente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. • **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos

na demonstração do resultado. **n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alterações na IAS 21/CPQ 02 (R2) 1 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPQ 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocar a por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração ou para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • **Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é:** • **Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;** • **Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;** • **Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;** • **Exemplos Ilustrativos;** e • **Alterações à IFRS 1/CPQ 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPQ 02 (R2) alterada.** A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CPQ 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais: • **A Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;** • **A Sociedade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis;** • **Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.** Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPQ 02 (R2) não alteram a contabilidade, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: • **Alterações na IFRS 7/CPQ 40 (R1) e IFRS 9/CPQ 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;** • **Alterações na IFRS 7/CPQ 40 (R1) e IFRS 9/CPQ 48 - podem alterar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;** • **Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidências, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.** Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras -** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPQ 26 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Mensuração). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; • **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. **o) Impactos da Reforma Tributária: 0 Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: • **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • **Imposto Seletivo (IS):** Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; • **Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **0 Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: • **Crônios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;** • **Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;** • **Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;** • **Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).** **Avaliação de impacto:** A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais pre-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Table with multiple columns and rows detailing financial data for Concais S.A., including sections for Intangível, Depreciação, Custos, and various financial statements. Includes sub-sections like '11. Intangível', '12. Empréstimos e financiamentos', and '13. Forneceadores'.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

DIRETORIA EXECUTIVA		DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA	
Luis Antonio Floriano – Diretor Presidente e Administrativo	Luis Gustavo Batista – Diretor Financeiro	Jose Manuel dos Santos de Freitas	Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/0-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Concais S.A.

coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **27. Evento Subsequente:** A Holding ABA Infra-Estrutura e Logística S.A. detinha um crédito a receber junto à sua controlada Concais S.A., decorrente de operações financeiras previamente estabelecidas entre as partes. Em princípio, o valor seria destinado ao cumprimento de obrigações da Holding perante seus sócios, Carlos Cesar Floriano e Alípio José Gusmão dos Santos. Entretanto, em conformidade com o instrumento de cessão de crédito celebrado, as partes acordaram pela reorganização societária da empresa Adonai East Terminal de Líquidos S.A. Cabe ressaltar que, embora o acordo tenha sido firmado no exercício de 2025, a efetiva entrada do valor na companhia ocorreu em fevereiro de 2026. O referido ajuste teve por finalidade alinhar os interesses econômicos e estratégicos entre a empresa e seus sócios, promovendo, assim, a consolidação da estrutura societária e o aproveitamento do conhecimento técnico e da experiência profissional dos novos acionistas, em benefício do fortalecimento, desenvolvimento e continuidade das atividades empresariais.

Aos Acionistas e Administradores da **Concais S.A.**, Santos – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Concais S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concais S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** Conforme Notas Explicativas nos 06, 17, 19 e 24 a Companhia aderiu ao benefício fiscal proporcionado pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), no entanto, foi impactada pelas mudanças legislativas que normatizam o referido programa. A Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos impetrou mandado de segurança em caráter preventivo, com pedido de liminar para lhe assegurar a utilização do benefício e vem depositando em juízo os valores da apuração mensal da contribuições ao PIS, à COFINS, à CSLL e ao IRPJ relacionados ao benefício do PERSE. Cabe destacar que o tratamento contábil e tributário relacionado a este tema poderá ser impactado por eventuais revisões ou decisões judiciais sobre a regularidade da utilização do benefício fiscal. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de abril de 2026. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.** CRC 2 SP 013846/0-1 **André Silva Moura** Contador - CRC 1 SP 300564/0-7



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EZS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 06.234.798/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a diretoria da **EZS Informática S.A.**, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332 – Torre Ibirapuera I, Conjuntos 121 e 122, Sala 02, Indianópolis, São Paulo-SP, CEP 04028-900, inscrita no CNPJ sob o nº 06.234.798/0001-12, inscrita na JUCESP sob o NIRE 35.3.005106-7 (“**Companhia**”), submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, bem como o relatório da auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. **Introdução:** A EZ Security é uma subsidiária da Tempest Security Intelligence que oferece tecnologias que compõe soluções de segurança cibernética para os clientes (pequenas, médias e grandes empresas), combinando a estas tecnologias serviços de implantação e sustentação que visam proporcionar aos nossos clientes um melhor uso do potencial destas tecnologias. A empresa, fundada em 2004, foi adquirida pela Tempest Security em 2018 para ser líder no setor de cibersegurança, oferecendo soluções de cibersegurança end-to-end para as empresas, reduzindo custos, oferecendo mais agilidade e gerando muito mais eficiência na gestão de riscos de segurança

cibernética. Implementamos uma variedade de soluções avançadas que abrangem desde a detecção precoce até a resposta rápida a incidentes, garantindo a segurança total do ecossistema digital de nossos clientes. Nossas parcerias estratégicas com líderes do setor e o compromisso com a inovação constante asseguram que estejamos na vanguarda da proteção digital, sempre antecipando as evoluções nas táticas dos ciberatacantes. Na Tempest, acreditamos que a segurança é um direito de todos! **Situação Atual:** A área de Parcerias e Alianças manteve sua estratégia de foco em parceiros selecionados, consolidando seus resultados. Com foco estratégico nos 4 principais fabricantes: Google, Zscaler, Trend, e a mudança resultou em negócios significativos e espera avançar resultados consolidados em 2026. A empresa foi também foi reconhecida como parceiro estratégico por Knowbe4, Cloudflare e Trellix, recebendo prêmios de reconhecimento pelos seus resultados durante o ano. Durante 2025 a Tempest consolidou-se como a empresa com o maior expertise e implementação de soluções SecOps Google, entregando a maior implementação da solução na América Latina. Outros parceiros também entraram em nosso portfólio a fim de ampliar ofertas, como

Vicarius, Rainforest, Ridge e Orca. **Resultados Financeiros:** Durante o ano de 2025, a EZ Security obteve aumento em sua receita. A empresa registrou um aumento de 129% em sua receita, totalizando R\$ 185,1 milhões em 2025, em comparação a R\$ 80,9 milhões de 2024. O lucro líquido da empresa foi de R\$ 10,2 milhões em 2025, em comparação a R\$ 9,8 milhões de 2024. A empresa como parte do grupo Tempest, vem atuando de forma a agregar valor ao grupo, com entrega de um portfólio amplo de soluções, e atendimento ao combate aos riscos cibernéticos de nossos clientes, de forma equilibrada e rentável. **Resultados Operacionais: Treinamento, Capacitação e expansão:** Durante o período analisado, investimos significativamente na capacitação das equipes de Vendas e Pré-vendas. Lançamento de ferramentas que pudessem facilitar a visualização de soluções Tempest + Parceiros de negócios de forma mais integrada (Mapa de Soluções). **MSSP** – Avaliações de soluções em formato Managed Security Services com foco em reestruturação de ofertas, modelo de atuação e go-to-market apropriado. **Marketplace** – Avaliação de marketplaces de mercado para ofertar serviços Tempest em marketplaces AWS, Google e TD-Synnex. Escopo inicial contempla

soluções Resonant (Threat Intelligence e Pentest). Esses resultados operacionais e parcerias estratégicas reforçam nosso compromisso com o crescimento sustentável e a excelência em cibersegurança. Estamos confiantes de que essas iniciativas conjuntas impulsionarão ainda mais nosso sucesso e contribuirão para a constante evolução e relevância da nossa organização no mercado. **Conclusão:** O ano de 2025 apresentou resultados excepcionais em Parcerias e Alianças, impulsionada por deals estratégicos, novas parcerias e fortalecimento de parcerias estratégicas. Esse cenário positivo projeta um 2026 ainda mais promissor, com um portfólio robusto de soluções e um posicionamento de destaque no mercado de cibersegurança. **Considerações Finais:** O presente relatório apresenta uma síntese do desempenho financeiro e dos negócios da **Companhia** realizados e ocorridos no exercício de 2025. O período englobado é de 01/01/2025 a 31/12/2025. A diretoria da **Companhia** declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2025, as quais constam anexas ao presente relatório.
A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.624	32.162	Fornecedores	10	30.393	35.264
Aplicações financeiras de curto prazo	6	-	22.066	Obrigações trabalhistas e tributárias	11	7.357	5.981
Contas a receber	7	38.171	24.227	IRPJ e CSLL	12	178	141
Estoques	9	7.816	42	Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	7.167	19.496
Impostos a recuperar		117	-	Receita diferida	13	8.975	68
Despesas antecipadas		36	20	Outras contas a pagar		-	1.035
Outros adiantamentos		7	-				
Total do ativo circulante		57.771	78.517	Total do passivo circulante		54.070	61.985
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	7	91.327	12.505	Fornecedores	10	82.720	23.242
IRPJ e CSLL diferido	12.3	126	112	Obrigações trabalhistas e tributárias	11	8.634	2.267
Imobilizado		15	20	Imposto de renda e contribuição social	12	2.012	2.012
Intangível	9	13.334	13.334	Receita diferida	13	7	-
Total do ativo não circulante		104.802	25.971	Total do passivo não circulante		93.373	27.522
Total do ativo		162.573	104.488	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	12.608	12.608
				Reserva legal	15	2.522	2.373
				Total do patrimônio líquido		15.130	14.981
				Total do passivo e patrimônio líquido		162.573	104.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações sobre a Sociedade – A EZS Informática S.A. (“Companhia”) tem sua sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objetivo principal a prestação de serviços especializados em segurança da informação e comercialização de licenças de uso de software. Desde 1999 atua no mercado com a missão de entregar soluções customizadas que agreguem valor real ao cliente, com uma equipe de especialistas altamente qualificados e com metodologia baseada nas principais instituições e certificações internacionais, tem competência e visão analítica para ajudar companhias a se protegerem de constantes ameaças. A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um determinado grupo, utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de companhia ligada, qual seja, a Tempest Serviços de Informática S.A., sua controladora; e a Embracer S.A., controladora da Tempest Serviços de Informática S.A., especificamente relativos à atividade de gestão e administração dos negócios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras da EZS foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo, quando assim requeridas as demonstrações financeiras de 2025 foram aprovadas pela Administração em 23 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, concluiu que o Real (R\$) é a moeda que melhor expressa seus resultados e representatividade, sendo assumida como a moeda funcional e, em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na mesma moeda. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 7** – teste de redução ao valor recuperável do contas a receber; principais premissas na determinação dos valores recuperáveis do contas a receber. **• Nota Explicativa nº 12** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidades de lucros tributáveis futuros contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas; e **Nota Explicativa nº 14** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos. **3. Políticas contábeis materiais** – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os períodos apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao custo amortizado; e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros, exceto os mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos da transação são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e benefícios do ativo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Mensurados ao custo amortizado:** A Companhia classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente se ambos os critérios forem atendidos: Ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia possui títulos privados, sendo classificados como custo amortizado e que compreendem contas a receber de clientes, de partes relacionadas e demais contas a receber. **3.3. Imposto de renda e contribuição social – corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente na Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente mensal de R\$ 20 para impostos de renda, 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		12.608	1.882	12.661		27.151
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.816	9.816
Constituição de reserva legal	15	-	491	-	(491)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(2.331)	(2.331)
Dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	(4.504)	(4.504)
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	(2.490)	(2.490)
Distribuição de lucros acumulados	15	-	-	(12.661)	-	(12.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		12.608	2.373			14.981
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.155	10.155
Constituição de reserva legal	15	-	149	-	(149)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(2.502)	(2.502)
Dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	(2.910)	(2.910)
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	(4.594)	(4.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.608	2.522			15.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	16	173.093	75.307		
Custos dos serviços prestados	17	(143.828)	(55.076)		
Lucro bruto		29.265	20.231		
(Despesas)/ receitas operacionais:					
Despesas administrativas	(2.800)	(1.274)			
Despesas comerciais	(11.731)	(6.449)			
Reversão/(Perdas) ao valor recuperável do contas a receber	7	81	(265)		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		329	(612)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		15.144	11.631		
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	19	(10.375)	(8.152)		
Receitas financeiras	19	8.224	10.087		
		(2.151)	1.935		
Lucro antes da provisão p/ o IRPJ e CSLL		12.993	13.567		
IRPJ e CSLL – corrente	12	(2.852)	(3.846)		
IRPJ e CSLL – diferido	12	14	96		
Lucro líquido do exercício		10.155	9.816		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.155	9.816
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.155	9.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas** – Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. Atualmente, a Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”. **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. (a) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao IFRS 7 e IFRS 9). (b) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações ao IFRS 7 e IFRS 9).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	520	289
Aplicações financeiras	11.104	31.873
Ativo circulante	11.624	32.162

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por operações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com remuneração atrelada aos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, disponíveis para resgate em até 90 dias sem impacto na remuneração contratada. Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações foram remuneradas por índices que variam de 98% a 102% do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) em 31 de dezembro de 2024. A redução no saldo de aplicações financeiras no comparativo dos períodos se deu em virtude de necessidade de caixa operacional da Companhia, bem como em virtude de pagamento de dividendos e JCP para a controladora.

6. Aplicações financeiras de curto prazo

	2025	2024
Aplicações financeiras de curto prazo	-	22.066
Ativo circulante	-	22.066

Aplicação financeira em dólar junto ao Banco Itaú, com vencimento em 26 de setembro de 2025. A aplicação estava sujeita a taxa de juros de 5,39% ao ano, bem como a variação cambial existente no período. Em 15 de julho de 2025 ocorreu o resgate total da aplicação.

7. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber	16.239	16.044
Contas a receber partes relacionadas	3.174	-
Serviços prestados a faturar	9.071	13.294
Serviços prestados a faturar partes relacionadas	101.197	7.659
(-) Perdas estimada ao valor recuperável do contas a receber	(183)	(265)
Total	129.489	36.732
Ativo circulante	38.171	24.227
Ativo não circulante	91.327	12.505
Total	129.498	36.732

A Companhia efetua a venda de suas licenças e serviços para diversos clientes e atua em diferentes setores, e isso não apresenta problemas significativos na realização de suas contas a receber.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.155	9.816
Ajustes ao lucro:		
Depreciação	5	7
Reversão/(Perda) ao valor recuperável do contas a receber	81	(265)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.852	3.846
Impostos de renda e contribuição social diferido	(14)	(96)
Receita diferida	8.914	(968)
Juros sobre aplicações financeiras	(456)	-
Variação cambial sobre aplicações financeiras	2.316	-
Juros sobre empréstimos concedidos	-	(145)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(92.847)	22.536
Estoques	(7.774)	(42)
Impostos a recuperar	(117)	-
Despesas antecipadas	(16)	2
Outros adiantamentos	(7)	-
Depósito judicial	-	9
Fornecedores	54.607	15.703
Contas a pagar partes relacionadas	-	(173)
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.743	4.020
Outras contas a pagar	(1.035)	1.035
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.816)	(3.759)
Caixa gerado nas atividades operacionais	(18.409)	51.526
Atividades de investimento		
Recebimento de empréstimos cedidos – partes relacionadas	-	9.168
Aplicações em conta com vencimento de curto prazo	20.206	(22.066)
Caixa (utilizado) nas provenientes das atividades de investimento	20.206	(12.898)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(19.496)	(2.819)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(2.150)	(4.068)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP	(689)	(429)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(22.335)	(7.326)
(Redução) Aumento de caixa e equiv. de caixa	(20.538)	31.302
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	32.162	860
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.624	32.162
(Redução) Aumento de caixa e equiv. de caixa	(20.538)	31.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Perdas estimada ao valor recuperável do contas a receber

	2025	2024
Saldo inicial	(265)	(47)
(+) Adições	(317)	(265)
(-) Baixas	399	47
Saldo final	(183)	(265)

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2025	2024
Contas a receber		
A vencer	129.371	36.732
Vencidos entre 1 a 90 dias	127	-
Vencidos		

... continuação

futuros da Companhia, descontá-los a uma taxa apropriada e comparar o valor presente líquido (VPL) com o valor contábil do ativo. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (impairment) do ativo intangível, incluindo o teste de recuperabilidade futura. Como resultado dos testes de impairment realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização ou reversão de perdas por impairment.

Premissas	Fator aplicado	Sensibilidade	Impacto no teste (em R\$ mil)
Volume estimado de vendas anuais até 2040 previsto em nosso planejamento com manutenção de market share no longo prazo	-	5%	Variação negativa de 5% no volume de vendas anuais poderia diminuir o intervalo entre o valor contábil da Companhia de R\$ 296.962 para R\$ 281.754
Taxa de desconto	6,97%	100bps	Aumento de 100 pontos-base na taxa de desconto poderia diminuir o intervalo entre o valor recuperável e o valor contábil de R\$ 296.962 para R\$ 272.074

Principais premissas adotadas pela Companhia: Em 31 de dezembro de 2025, os testes de impairment foram conduzidos com base no valor em uso utilizando as abordagens de fluxo de caixa esperado e tradicional, ambas definidas pelo CPC 01, o que a Companhia entende que não é substancialmente diferente do valor justo das unidades geradoras de caixa nas condições de mercado atuais. O processo de estimativa do valor em uso envolve premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa futuros foram projetados para um período de quinze anos (2026 a 2040) e descontados utilizando taxa de custo de capital médio ponderado (WACC), reconciliada para taxa estimada antes dos impostos de 6,97% em 31 de dezembro de 2025.

	2025	2024
10. Fornecedores	30.709	30.914
Contas a pagar no país	82.404	27.592
Contas a pagar no exterior	113.113	58.506
Total	30.393	35.264
Passivo circulante	82.720	23.242
Passivo não circulante	113.113	58.506

O saldo de fornecedores a pagar é representado em sua maioria pela compra de licenças de uso de softwares de fornecedores no Brasil e no exterior. Ao final do exercício tivemos um maior volume de vendas de licenças de contratos de longo prazo (2 a 3 anos), os quais possuem também data de vencimento alongada fazendo com que o saldo no longo prazo seja majorado. Tal fato impacta, por consequência, nas obrigações tributárias vinculadas à aquisição de licenças.

	2025	2024
11. Obrigações trabalhistas e tributárias		
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	273	232
Impostos e encargos sociais – FGTS/INSS	46	38
Provisão de férias e encargos	356	156
Total	675	426

	2025	2024
Obrigações tributárias		
Municipais – ISS	7.301	3.062
Federais – PIS e COFINS	6.126	2.863
Federais – IRPJ e CSLL	1.889	1.897
Total	15.316	7.822

	2025	2024
12. IRPJ e CSLL – 12.1. Saldo de passivo		
IRPJ e contribuição social – Circulante	178	141
IRPJ e contribuição social – Não circulante	2.012	2.012
Total	2.190	2.153

	2025	2024
12.2. Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL		
Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda	12.993	13.567
(-) Exclusão – juros sobre capital próprio	(4.594)	(2.491)
(+) Outras adições/exclusões – despesas não dedutíveis e outros	61	308
(=) Base efetiva	8.460	11.384

	2025	2024
Imposto de renda, adicional de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	2.852	3.846
Alíquota efetiva	33,71%	33,8%

	2025	2024
12.3. Movimentação do saldo de ativo fiscal diferido		
Saldo patrimonial em 1º de janeiro	112	16
Perdas estimadas ao valor recuperável do contas a receber	(28)	74
Provisão ILP	42	22
Saldo patrimonial em 31 de dezembro	126	112
Movimentação do período – imposto diferido	126	112

EZS Informática S.A.

12.4. Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22): A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, com exceção de uma discussão que envolve a amortização de ativo com derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), decorrente da incorporação reversa da TEZ pela EZS. Nossos assessores jurídicos entendem que a legislação não permite a amortização de ativo no caso dessa operação de reorganização societária. Para esse assunto, a Companhia possui uma provisão no montante de R\$ 2.012 (R\$ 2.012 em 2024), classificada como não circulante. **13. Receita diferida** – O saldo de receita diferida no valor total de R\$ 8.982 (R\$ 68 em 2024) refere-se exclusivamente a serviços contratados e faturados antecipadamente, porém ainda não executados em sua totalidade. Os serviços ora contratados, principalmente na modalidade de Administração de Dispositivos de Segurança (ADS) e Threat Intelligence, possuem características de serviços realizados nos prazos de 12 a 36 meses. Vale destacar as vendas de Licença de Software que podem ser entregues aos clientes em períodos posteriores ao da emissão da nota fiscal. Vale destacar que a receita registrada no último trimestre do exercício, referente a renovações de licenças para a Embracer S.A. foram totalmente entregues em 2025.

	2025	2024
Passivo circulante	8.975	68
Passivo não circulante	7	-
Total	8.982	68

14. Provisão para demandas judiciais – A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão em 2025 e 2024 para cobrir eventuais desembolsos de desfechos dos processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda provável. Não existem processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda possível nos exercícios de 2025 e 2024.

15. Patrimônio líquido – Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.608, representado por 5.929.661 (cinco milhões, novecentas e vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto, todas de propriedade da Tempest Serviços de Informática S.A. **Reserva legal:** Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. Devido ao limitador, em 2025 foi reconhecida reserva legal em montante inferior aos 5%. **Destinação dos resultados:** O estatuto social determina que o resultado apurado em cada exercício tenham deduzidos os prejuízos acumulados. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Do lucro líquido apurado, após dedução dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Efeituadas as deduções e as destinações estatutárias será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido.

	2025	2024
Resultado do período	10.155	9.816
(-) Reserva legal	(149)	(491)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	10.006	9.325

Dividendo mínimo obrigatório (25%) 2.502 2.331
Dividendo adicional proposto 2.910 4.504
Distribuição de lucros acumulados - 12.661
Juros sobre capital próprio 4.594 2.490

Dos dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2025 está pendente de liquidação a parcela de R\$ 5.412, o qual encontra-se registrado no passivo circulante. Dos juros sobre capital próprio de R\$ 4.594 (R\$ 3.905 (R\$ de imposto de renda), foram pagos R\$ 2.529 (R\$ 2.150 líquido de imposto de renda), restando pendente a liquidação da parcela de R\$ 2.065 (R\$ 1.755 líquido de imposto de renda), o qual encontra-se registrado no passivo circulante.

	2025	2024
16. Receita operacional líquida		
Receita de prestação de serviços, comercialização de licenças de uso de softwares e outros	180.455	80.910
Receita de venda de produtos (hardware) e outros	4.638	-
Deduções da receita – impostos incidentes (COFINS, PIS, ISS e ICMS(I))	(12.000)	(5.603)
Total	173.093	75.307

A variação relevante no período se deu, principalmente, pela venda significativa realizada no último trimestre do exercício à Embracer S.A. referente a renovações de licenças do fornecedor Zscaler, as quais foram totalmente entregues dentro do exercício de 2025, fazendo com que a receita mais que dobrasse no comparativo dos períodos.

(i) As receitas operacionais estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: • Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,0% e 7,6%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2,9% e 5%.

	2025	2024
17. Custos dos serviços prestados		
Custos diretos (aquisição de licenças de uso de softwares)	(143.826)	(55.069)
Outros custos	(2)	(7)
Total	(143.828)	(55.076)

A variação relevante no período se deu, principalmente, pela venda significativa realizada no último trimestre do exercício à Embracer S.A., fazendo com que o custo mais que dobrasse no comparativo dos períodos.

	2025	2024
18. Receitas (despesas) por natureza		
Despesas com pessoal	(12.393)	(6.430)
Despesas com serviços (tecnologia da informação, mão-de-obra terceirizada, advogados, serviços contábeis, entre outros)	(1.937)	(999)
Despesas com locações (imóveis, equipamentos e outros)	(99)	(73)
Despesas com depreciação/amortização	(95)	(59)
Despesas tributárias	410	170
Outras receitas administrativas	-	(407)
Outras despesas administrativas	(14.121)	(8.600)

19. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras	2.445	1.340
Receita com variação cambial	5.768	8.570
Juros sobre mútuo	-	145
Outras receitas financeiras	11	32
Total	8.224	10.087

Despesas financeiras

	2025	2024
Despesas com variação cambial	(8.429)	(7.997)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(51)	(7)
IOF	(1.800)	(124)
Outras despesas financeiras	(95)	(24)
Total	(10.375)	(8.152)

O aumento significativo no IOF se deu, principalmente, pelo efeito de operações com fornecedores e aplicações financeiras. **20. Partes relacionadas** – Durante o exercício de 2025 não houve mudança no quadro acionário da EZS. Com isso, a Embracer S.A. manteve-se como Controladora final com uma participação de 100%. **20.1. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**

	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31/12/2023	2.819	1.577	4.396
Constituições durante o ano	19.496	2.490	21.986
Pagamentos durante o ano	(2.819)	(4.067)	(6.886)
Saldo em 31/12/2024	19.496	-	19.496

Constituições durante o ano 5.412 3.905 9.317
Pagamentos durante o ano (19.496) (2.150) (21.646)
Saldo em 31/12/2025 **5.412** **1.755** **7.167**

(i) **Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme estatuto social, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido. Vide a abertura dos saldos na Nota Explicativa nº 15. Os dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2025 estão pendentes de liquidação e encontram-se registrados no passivo circulante. **20.2. Contas a receber:** A Companhia possui também operações de revenda de licença de software e prestação de serviços com as seguintes partes relacionadas:

	2025	2024
20.3. Contas a receber (partes relacionadas)		
Embracer S.A.	2.377	-
Atech Negócios em Tecnologia S.A	383	-
Visiona Tecnologia Espacial S.A	74	-
Tempest Serviços de Informática S.A	340	-
Subtotal	3.174	-

Serviços prestados a faturar (partes relacionadas)

	2025	2024
Embracer S.A.	98.170	6.874
Atech Negócios em Tecnologia S.A	2.518	625
Visiona Tecnologia Espacial S.A	509	160
Subtotal	101.197	7.659
Total	104.371	7.659

20.3. Outros passivos: A companhia possuía um saldo de R\$ 1.035 em 31 de dezembro de 2024 referente a adiantamento efetuado pela Embracer S.A., o qual foi integralmente baixado no exercício de 2025.

20.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou o montante de R\$332 (R\$ 283 em 31 de dezembro de 2024). **20.5. Receitas:** As receitas líquidas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 referem-se aos valores faturados e a faturar, conforme detalhe abaixo:

	2025	2024
Embracer S.A.	57.534	43.988
Atech Negócios em Tecnologia S.A	938	1.448
Visiona tecnologia Espacial S.A	976	359
Total	59.048	45.795

21. Instrumentos financeiros

	Custo	Nota	amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.624	11.624	
Contas a receber	7	129.498	129.498	

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 23 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. Isaac de Mello Contador
CRC ZSP 028.568/0-9 F SP CRC-ISP 294.263/0-1

	2025	2024
Passivos		
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	10	113.113
Total	10	113.113

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas a receber e fornecedores a pagar em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **21.1. Valor justo de instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado pela Companhia, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, ativos de contrato e fornecedores, aproximam-se de seu valor justo, conforme aplicação de metodologias que a Companhia julga apropriada para melhor avaliar cada tipo de instrumento. **21.2. Gestão de riscos financeiros:** A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pela Diretoria da Companhia. Os procedimentos de gestão da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. **21.2.1. Gestão de capital:** Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido. **21.2.2. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre as contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. **21.2.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis descasamentos são detectados com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro. A Companhia tem fluxos de caixa positivos e liquidez suficiente para fazer frente às obrigações atuais e futuras. **21.2.4. Risco de mercado:** a Risco com taxa de câmbio: A Companhia adota o real como moeda funcional de seus negócios. Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em dólares referentes a contratos com fornecedores de licenças firmados pela Companhia. A proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira, visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural efetivamente se materialize. Essa medida minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do dólar. A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar a variação cambial futura implícita no resultado da Companhia. **21.3. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **21.4. Risco operacional:** A Companhia opera na prestação de serviços, comercialização de licenças de uso de software e outros serviços ligados em diversas regiões do país. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria nestas localidades. **22. Eventos subsequentes:** Em 05 de março de 2026 a Companhia, na qualidade de mutuante, e sua controladora, como mutuária, assinaram instrumento particular de contrato de mútuo oneroso. O contrato tem como objeto o empréstimo pela mutuante à mutuária no valor de até R\$ 50 milhões de reais, sob os quais incidirão juros remuneratórios a base de 110% do CDI. O valor total liberado deverá ser restituído à mutuante em parcela única até 10 de março de 2027.

	2025	2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.162
Aplicações financeiras de curto prazo	6	22.066
Contas a receber	7	36.732
Total	18	91.000

Fornecedores e fornecedores partes relacionadas 10 58.506 58.506
Outras contas a pagar - 1.035 1.035
Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas a receber e fornecedores a pagar em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **21.1. Valor justo de instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado pela Companhia, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, ativos de contrato e fornecedores, aproximam-se de seu valor justo, conforme aplicação de metodologias que a Companhia julga apropriada para melhor avaliar cada tipo de instrumento. **21.2. Gestão de riscos financeiros:** A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pela Diretoria da Companhia. Os procedimentos de gestão da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. **21.2.1. Gestão de capital:** Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido. **21.2.2. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre as contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. **21.2.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis descasamentos são detectados com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro. A Companhia tem fluxos de caixa positivos e liquidez suficiente para fazer frente às obrigações atuais e futuras. **21.2.4. Risco de mercado:** a Risco com taxa de câmbio: A Companhia adota o real como moeda funcional de seus negócios. Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em dólares referentes a contratos com fornecedores de licenças firmados pela Companhia. A proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em

Unimarka Distribuidora S/A.																									
CNPJ/MF nº 05.997.742/0001-57																									
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstração do Resultado do Exercício (Valores expressos em Reais)																						
Ativo	31.12.2025	31.12.2024	Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2025	31.12.2024																				
Circulante	597.485.480,28	551.255.718,70	Circulante	189.446.701,11	197.420.483,83																				
Caixa e equivalentes de caixa	94.558.529,64	88.398.774,48	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.157.181,56	3.864.866,34																				
Contas a receber de Clientes e outros recebíveis	162.017.184,51	157.968.649,49	Fornecedores	142.880.657,18	161.571.334,43																				
Adiantamentos a Fornecedores	1.152.449,28	277.962,91	Obrigações Tributárias	25.486.046,85	24.030.741,56																				
Estoques	324.727.322,01	299.151.256,57	Provisões	16.885.308,13	7.913.280,71																				
Crédito Tributário	13.981.497,66	3.315.613,89	Outras Obrigações	37.507,39	40.260,79																				
Despesas antecipadas	1.048.497,18	2.143.461,36	Não circulante	193.291.348,02	15.663.761,61																				
Não circulante	64.149.543,71	73.462.494,94	Parcelamentos Fiscais	13.064.219,09	15.663.761,61																				
Créditos em Contencioso	731.011,68	624.981,75	Emprestimos e Financiamentos	180.227.128,93	-																				
Créditos a longo prazo	105.000,00	48.560.150,72	Parcelamentos Fiscais	13.064.219,09	15.663.761,61																				
Imobilizado	63.313.532,03	24.277.362,47	Patrimônio líquido	278.896.974,86	411.633.968,20																				
			Capital social	261.500.000,00	261.500.000,00																				
			Reservas Legal	17.335.746,96	11.944.206,72																				
			Reservas de Lucros	-	138.128.533,58																				
			Reservas de Incentivos Fiscais	61.227,90	61.227,90																				
Total do ativo	661.635.023,99	624.718.213,64	Total do passivo e patrimônio líquido	661.635.023,99	624.718.213,64																				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em Reais)																									
	Capital social	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros líquidos/(prejuízos) Acumulados																				
Saldos em 01 de janeiro de 2024	158.000.000,00	103.561.227,90	153.036.731,86	-	-																				
Lucro líquido do exercício 2024	-	-	-	-	110.622.949,17																				
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	110.622.949,17	-	(110.622.949,17)																				
Reservas de Incentivo Fiscal transf.	-	(103.500.000,00)	-	-	-																				
Constituição de reserva Legal	-	-	(5.531.147,45)	5.531.147,45	-																				
Aumento de Capital com inc. fiscal	103.500.000,00	-	-	-	-																				
Destinação do lucro:																									
Distribuição de Dividendos	-	-	-	6.413.059,27	(6.413.059,27)																				
Distribuição de Dividendos	-	-	120.000.000,00	-	(120.000.000,00)																				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	261.500.000,00	61.227,90	138.128.533,58	11.944.206,72	-																				
Saldos em 01 de janeiro de 2025	261.500.000,00	61.227,90	138.128.533,58	11.944.206,72	-																				
Lucro líquido do exercício 2025	-	-	-	-	107.830.804,83																				
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	107.830.804,83	-	(107.830.804,83)																				
Constituição Reserva Legal	-	-	(5.391.540,24)	5.391.540,24	-																				
Destinação do lucro:																									
Dividendos	-	-	(240.567.798,17)	-	(240.567.798,17)																				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	261.500.000,00	61.227,90	-	17.335.746,96	-																				
Notas Explicativas																									
1. Contexto operacional - A Empresa Unimarka Distribuidora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 05.997.742/0001-57, sediada na Rua Jose Albino Pereira, 351 - Polo Industrial - Jandira II, Bairro Jardim Alvorada, Jandira - SP, CEP 06.612-001. A sociedade, constituída em 31 de outubro de 2003, tem como atividade principal Comércio Atacadista de Mercadorias em geral. 2. Resumo das principais normas contábeis - 2.1. Base de preparação 2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras da sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei nº 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados por Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2.1.2. Base de Mensuração - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As notas explicativas estão sendo apresentadas nos termos da NBC TG 26 (R5) - "Apresentação das Demonstrações contábeis" descrevendo de forma detalhada as políticas contábeis adotadas pela Companhia. 2.1.3. Moeda funcional e de apresentação A moeda funcional da UNIMARKA DISTRIBUIDORA S.A. é o Real (R\$). As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. 2.1.4. Apuração do resultado e reconhecimento de receita - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita da venda de produtos é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados e fruído para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos, e quando possa ser medida de forma confiável. 2.1.5. Estimativas contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para credores de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. 2.1.6. Continuidade operacional - A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. 3. Principais práticas contábeis adotadas As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1. Caixa e Equivalentes - Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. 3.2. Instrumentos Financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 3.2.1. Ativos financeiros - Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. 3.2.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente - Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas. 3.3. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela Geração de venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. 3.4. Estoques - Os estoques são demonstrados ao custo médio, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem ao custo de reposição, conforme Nota Explicativa nº 9. 3.5. Imobilizado e Intangível - 3.5.1. Ativo Imobilizado - Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. São incluídos na rubrica "Edificações e construções em andamento" os custos com materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. As depreciações e amortizações foram computadas pelo método linear, ambas são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas médias informadas a seguir: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Imobilizado</th> <th>Custo de Aquisição</th> <th>Depreciação do Exercício</th> <th>Taxa de Depreciação Média</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>4.550.706</td> <td>426.374</td> <td>9,36%</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>45.478.233</td> <td>2.552.207</td> <td>5,61%</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e Equipamentos</td> <td>28.914.309</td> <td>2.572.141</td> <td>8,90%</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de Informática</td> <td>5.316.189</td> <td>703.588</td> <td>13,23%</td> </tr> </tbody> </table> 3.6. Contingências - As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. 3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e os correspondentes encargos incorridos. 3.8. Reconhecimento de receita - A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Companhias da Companhia. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. 3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social, de 15% (quinze por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente, bem como de 10% (dez por cento) de adicional de imposto de renda, ajustado pelas adições e exclusões, conforme prevê a legislação do imposto de renda para as empresas tributadas pelo Lucro Real.						Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação do Exercício	Taxa de Depreciação Média	Móveis e Utensílios	4.550.706	426.374	9,36%	Veículos	45.478.233	2.552.207	5,61%	Máquinas e Equipamentos	28.914.309	2.572.141	8,90%	Equipamentos de Informática	5.316.189	703.588	13,23%
Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação do Exercício	Taxa de Depreciação Média																						
Móveis e Utensílios	4.550.706	426.374	9,36%																						
Veículos	45.478.233	2.552.207	5,61%																						
Máquinas e Equipamentos	28.914.309	2.572.141	8,90%																						
Equipamentos de Informática	5.316.189	703.588	13,23%																						



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CL Castelo Branco Empreendimento Imobiliário SPE S.A.									
CNPJ/MF nº 44.259.217/0001-96									
Relatório de Administração									
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024	(Prejuízo)/Lucro do exercício	2025	2024	
Ativo circulante			Passivo circulante			Outros resultados abrangentes	579	2.442	
Caixa e equivalentes de caixa	11.488	14.797	Fornecedores	1.138	2.653	Resultado abrangente do período	579	2.442	
Despesas a apropriar	31	53	Obrigações tributárias	603	636				
Adiantamento a fornecedores	11.245	15.353	Obrigações trabalhistas	57	-				
Estoque – Imóveis em construção	289.927	206.959	Outras contas a pagar	101	1				
Partes relacionadas – Mútuo	30.505	407	Partes relacionadas – Mútuo	593	593				
Impostos a recuperar	6	-	Total do passivo circulante	2.492	3.883				
Total do ativo circulante	343.202	237.569	Passivo não circulante						
Ativo não circulante			Sociedade em conta de participação – SCP	335.803	231.730				
Partes relacionadas – Mútuo	1.160	1.160	Contas a pagar	2.338	-				
Despesas a apropriar	-	31	Total do passivo circulante	338.141	231.730				
Imobilizado	7	10	Patrimônio líquido						
Total do ativo não circulante	1.167	1.201	Capital social	10	10				
Total do ativo	344.369	238.770	Reserva Legal	2	112				
			Reserva de lucros	3.724	3.035				
			Total do patrimônio líquido	3.736	3.157				
			Total do passivo e patrimônio líquido	344.369	238.770				
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)									
Receitas Operacionais	2025	2024	Receitas financeiras	2025	2024	Despesas financeiras	2025	2024	
Lucro bruto	1.297	-	Despesas financeiras	1.047	4.290	Resultado financeiro	984	4.268	
Despesas operacionais	(1.220)	(348)	Resultado financeiro	984	4.268	(=) Resultado antes das provisões tributárias	1.058	3.907	
Despesas Tributárias	(3)	(13)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(479)	(1.465)	Lucro líquido do exercício	579	2.442	
Resultado operacional	(74)	(361)	Lucro líquido do exercício	579	2.442				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)									
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva Legal	Total do patrimônio líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	705	-	715					
Reserva Legal	-	(112)	112	-					
Lucro líquido do exercício	-	2.442	-	2.442					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	3.035	112	3.157					
Complemento de reserva legal	-	(2)	2	-					
Estorno de reserva legal	-	112	(112)	-					
Lucro líquido do exercício	-	579	-	579					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10	3.724	2	3.736					
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)									
1. Contexto Operacional – A Companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de 40 galpões com 110.027,50 m², sito à Rua Jussara, 510, Av. Piramboia, 1800 e Av. Piracema, 100 – Tamboré – Barueri-SP.					2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.				
Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45					Alvin Gilmar Francischetti – CRC-SP 124.215/O-6				

CLD – Empreendimentos Imobiliários S/A									
CNPJ/MF nº 08.944.728/0001-83									
Relatório de Administração									
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024	Lucro líquido do exercício	2025	2024	
Ativo circulante			Passivo circulante			Outros resultados abrangentes	21.636	4.726	
Caixa e equivalentes de caixa	12.014	10.955	Fornecedores	460	1.030	Resultado abrangente do exercício	21.636	4.726	
Contas a receber	3.092	1.169	Obrigações tributárias	1.229	584				
Adiantamento a fornecedores	25	8	Outras contas a pagar	623	276				
Tributos a recuperar	43	55	Total do passivo circulante	2.312	1.890				
Total do ativo circulante	15.174	12.186	Passivo não circulante						
Ativo não circulante			Fornecedores	1.543	2.076				
Contas a receber	9.174	2.752	Outras contas a pagar	952	952				
Propriedade para investimento	444.774	337.204	Impostos diferidos	1.776	564				
Imobilizado	3	4	Permuta de imóveis	57.255	57.255				
Total do ativo não circulante	453.951	339.960	Total do passivo circulante	61.526	60.847				
Total do ativo	469.125	352.146	Patrimônio líquido						
			Capital social	380.251	285.362				
			Reserva Legal	1.363	236				
			Reserva de lucro	23.673	3.811				
			Total do patrimônio líquido	405.287	289.409				
			Total do passivo e patrimônio líquido	469.125	352.146				
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)									
Receita Líquida	2025	2024	Resultado operacional	2025	2024	Despesas financeiras	2025	2024	
(+) Custo dos serviços prestados	(1.052)	(2.423)	Receitas financeiras	24.107	(5.595)	Despesas financeiras	(4)	(4)	
Lucro bruto	27.759	10.817	Resultado financeiro	971	906	(=) Resultado antes das provisões tributárias	25.078	6.501	
Despesas operacionais	(3.652)	(3.433)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.442)	(1.775)	Lucro líquido do exercício	21.636	4.726	
Despesas gerais e administrativas	-	(1.789)							
Despesas comerciais	(3.652)	(5.222)							
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)									
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros e Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	276.587	(45.083)	-	-	(500)	231.004			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.726	4.726			
Aumento de capital social	74.000	(20.142)	-	-	-	53.858			
Reserva Legal	-	-	236	-	(236)	-			
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(179)	(179)			
Reserva de lucros	-	-	-	3.811	(3.811)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	350.587	(65.225)	236	3.811	-	289.409			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.636	21.636			
Aumento de capital social	70.000	24.889	-	-	-	94.889			
Reserva Legal	-	-	1.109	-	(1.109)	-			
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(647)	(647)			
Reserva de lucros	-	-	-	19.862	(19.862)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	420.587	(40.336)	1.345	23.673	18	405.287			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)									
1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP, tem por objetivo e propósito específico a construção de 34 galpões com 121.192,17 m²s, destinados a locação comercial, industrial e logística, sito à Rua Cabo Norberto Enrique					2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.				
Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45					Alvin Gilmar Francischetti – CRC-SP 124.215/O-6				



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CLR Empreendimento Imobiliário SPE S.A.					
CNPJ/MF nº 13.019.293/0001-09					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	670.075	2.015	Fornecedores	17.465	77.009
Contas a receber	910.284	2.099.201	Obrigações trabalhistas e tributárias	355.872	468.378
Total do ativo circulante	1.580.359	2.101.216	Caução	589.872	318.683
			Partes relacionadas	219.000	219.000
Ativo não circulante			Total do passivo circulante	1.182.209	1.083.070
Partes relacionadas	2.613.550	1.740.883	Passivo não circulante		
Propriedade para investimento	57.042.461	57.042.461	Obrigações com investidores – SCP	4.163.262	4.163.262
Total do ativo não circulante	59.656.011	58.783.345	Total do passivo circulante	4.163.262	4.163.262
			Patrimônio líquido		
Total do ativo	61.236.370	60.884.561	Capital social	53.935.526	53.935.526
			Reserva legal	1.955.373	1.702.703
			Total do patrimônio líquido	55.890.899	55.638.229
			Total do passivo e patrimônio líquido	61.236.370	60.884.561
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	8.160.819	7.981.747	Despesas financeiras	(61.098)	(18.138)
(4) Tributos incidentes	(295.011)	(286.674)	Receitas financeiras	23.586	4.403
Receita líquida	7.865.808	7.695.073	Resultado financeiro	(37.512)	(13.734)
Despesas operacionais			(-) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.783.290	6.964.304
Despesas administrativas e gerais	(2.069.042)	(773.307)	Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(859.236)	(832.030)
Outras receitas e despesas	24.036	56.273	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	129.354	(20.031)
Resultado operacional	5.820.802	6.978.039	Lucro líquido do exercício	5.053.408	6.112.243
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	53.935.526	1.397.091	–	55.332.617	
Lucro líquido do exercício	–	–	6.112.243	6.112.243	
Constituição de reserva legal	–	305.612	(305.612)	–	
Distribuição de lucros	–	–	(5.806.631)	(5.806.631)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	53.935.526	1.702.703	–	55.638.229	
Lucro líquido do exercício	–	–	5.053.408	5.053.408	
Constituição de reserva legal	–	252.670	(252.670)	–	
Distribuição de lucros	–	–	(4.800.738)	(4.800.738)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.935.526	1.955.373	–	55.890.899	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLR Centro Logístico Raposo Tavares, localizado na Rua Cristovam de Vita nº 260, Gleba A1-A,			na Fazenda Nascimento, no Bairro das Pedras, município de Vargem Grande Paulista, SP. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.		
Claudio Kluger – Diretor			Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa – CRC 1SP 228.935/O-8.		

Embu III Empreendimento Imobiliário SPE S.A.					
CNPJ/MF nº 32.311.280/0001-45					
Relatório de Administração					
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	834.944	210.621	Fornecedores	–	858.940
Contas a receber	3.039.071	–	Obrigações trabalhistas e tributárias	766.180	107.296
Estoques	–	–	Adiantamento de clientes	62.657	–
Tributos a recuperar	72.059	74.232	Contas a pagar	627.877	–
Outros créditos	1.658	822.965	Partes relacionadas	–	774.500
Total do ativo circulante	3.947.732	1.107.818	Total do passivo circulante	1.456.714	1.740.736
Partes relacionadas	1.547.063	–	Sociedade em conta de participações	155.900.837	150.870.352
Imobilizado	305.197	2.175	Total do passivo não circulante	155.900.837	150.870.352
Propriedade para investimento	153.104.074	152.277.722	Patrimônio líquido		
Investimentos	–	4.750	Capital social	10.000	10.000
Total do ativo não circulante	154.956.334	152.284.647	Reserva legal	2.000	–
			Reserva de lucros	1.534.515	771.377
Total do ativo	158.904.066	153.392.465	Total do patrimônio líquido	1.546.515	781.377
			Total do passivo e patrimônio líquido	158.904.066	153.392.465
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	10.461.803	203.259	Resultado operacional	1.913.202	94.595
(4) Tributos incidentes	(330.652)	(7.419)	Despesas financeiras	(11.647)	(23.186)
Receita líquida	10.131.151	195.840	Receitas financeiras	1.561	20.820
Despesas operacionais			Resultado financeiro	(10.086)	(2.366)
Despesas administrativas e gerais	(8.143.177)	(13.764)	(-) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.903.116	92.229
Despesas tributárias	(153.394)	(87.231)	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(1.137.978)	(21.191)
Outras receitas e despesas	78.622	(250)	Lucro líquido do exercício	765.138	71.038
Equivalência patrimonial	–	(250)			
	(8.217.949)	(101.245)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.000	–	700.339	710.339	
Lucro líquido do exercício	–	–	71.038	71.038	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.000	–	771.377	781.377	
Lucro líquido do exercício	–	–	765.138	765.138	
Constituição de reserva legal	–	2.000	(2.000)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.000	2.000	1.534.515	1.546.515	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional – A Companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de um empreendimento imobiliário, contendo 30 galpões, com área total construída de 67.716,76 m ² s, localizado			em Embu das Artes-SP, destinado a locações comerciais, industriais e logística. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.		
Claudio Kluger Diretor CPF 294.840.928-45			Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa CRC 1SP 228.935/O-8.		

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Imigrantes Montemor Empreendimento Imobiliário S/A									
CNPJ/MF nº 44.441.950/0001-27									
Relatório de Administração									
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.									
São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024				
Ativo circulante			Passivo circulante			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024			
Caixa e equivalentes de caixa	142	20	Fornecedores	4.816	4.724	Resultado líquido do exercício			
Contas a receber	7.398	-	Obrigações tributárias	60	182	Outros resultados abrangentes			
Adiantamento a fornecedores	158	-	Partes relacionadas - Mutuo	1.078	-	Resultado abrangente do período			
Estoque - Imóveis em construção	138.036	88.203	Dividendos a pagar	358	858	(625) 836			
Impostos a recuperar	78	69	Total do passivo circulante	6.312	5.764				
Partes relacionadas - Mutuo	2.113	2.433	Passivo não circulante			Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto			
Despesas antecipadas	23	28	Sociedade em conta de participação - SCP	141.780	85.034	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024			
Total do ativo circulante	147.948	90.753	Total do passivo circulante	141.780	85.034	(Em milhares de Reais)			
Ativo não circulante			Patrimônio líquido			Atividades operacionais			
Despesas antecipadas	-	22	Capital social	10	10	Prejuízo Líquido Antes do Imposto de			
Imobilizado	12	16	Reserva Legal	483	2	renda e da Contribuição Social			
Total do ativo não circulante	12	38	Prejuízos acumulados	(625)	(19)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
Total do ativo	147.960	90.791	Total do patrimônio líquido	(132)	(7)	geradas pelas atividades operacionais:			
						Amortização e depreciação			
						Aumento/(redução) no ativo:			
						Contas a receber			
						Impostos a Recuperar			
						Estoque - Imóveis em construção			
						Adiantamento a fornecedores			
						Despesas antecipadas			
						Aumento/(redução) no passivo:			
						Fornecedores			
						Obrigações tributárias			
						Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
						(58.021) (75.791)			
						Imposto de renda e contribuição social pagos			
						Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
						(58.022) (75.791)			
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
						Sociedade em conta de participação - SCP			
						Partes relacionadas - Mutuo			
						Imobilizado			
						Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento			
						58.144 64.451			
						Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa			
						122 (11.340)			
						Caixa e equivalentes de caixa			
						No início do exercício			
						No final do exercício			
						Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa			
						122 (11.340)			

1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de um empreendimento imobiliário, contendo 19 galpões, com área total construída de 61.830,62 m2s, localizado em São Bernardo do Campo-SP, destinado a locações comerciais, industriais e logística.

2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Cláudio Kluger
Diretor CPF 294.840.928-45

Alvin Gilmar Francischetti
CRC-SP 124.215/O-6

Itapevi 3 Galpões S.A.									
CNPJ/MF nº 10.215.999/0001-40									
Relatório de Administração									
Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.									
São Paulo, 16 de abril de 2026. A Administração									
Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)					Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024				
Ativo circulante			Passivo circulante			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024			
Caixa e equivalentes de caixa	272.073	213.948	Fornecedores	29.009	238.051	Lucro líquido do exercício			
Contas a receber	2.331.338	-	Obrigações trabalhistas e tributárias	615.537	898.018	Outros resultados abrangentes			
Partes relacionadas	-	1.116.379	Adiantamento de clientes	-	934.519	Resultado abrangente do período			
Tributos a recuperar	11.170	-	Contas a pagar	1.303.232	-	10.684.572 2.859.643			
Despesas antecipadas	57.259	-	Total do passivo circulante	1.947.778	2.070.587	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)			
Total do ativo circulante	2.671.840	1.330.327	Partes relacionadas	688.600	-	Atividades operacionais			
Depósitos judiciais	810.419	-	Patrimônio líquido			Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Propriedade para investimento	85.992.823	88.786.857	Capital social	85.137.373	87.903.614	11.910.992 2.859.643			
Total do ativo não circulante	86.803.242	88.786.857	Reserva legal	677.211	142.982	Aumento/(redução) no ativo:			
Total do ativo	89.475.082	90.117.183	Reserva de lucros	1.024.120	-	Contas a receber			
			Total do patrimônio líquido	86.838.704	88.046.596	(2.331.338) -			
			Total do passivo e patrimônio líquido	89.475.082	90.117.183	Tributos a recuperar			
						Despesas antecipadas			
						Depósitos judiciais			
						Aumento/(redução) no passivo:			
						Fornecedores			
						Obrigações trabalhistas e tributárias			
						Adiantamento de clientes			
						Contas a pagar			
						Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais			
						8.577.997 4.388.610			
						Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais			
						7.351.577 4.388.610			
						Fluxo de caixa das atividades de investimento			
						Propriedade para investimento			
						Distribuição de lucros			
						Aumento de capital			
						Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento			
						(9.098.430) (3.067.606)			
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
						Partes relacionadas			
						Fluxo de caixa proveniente (aplicado) das atividades de financiamento			
						1.804.979 (1.116.379)			
						Redução de caixa e equivalentes de caixa			
						58.125 204.626			
						Caixa e equivalentes de caixa			
						No início do exercício			
						No final do exercício			
						Redução de caixa e equivalentes de caixa			
						58.125 204.626			

1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Centro Logístico Itapevi 2, tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios.

2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Cláudio Kluger - Diretor

Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa - CRC 1SP 228.935/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Aedifica Oeste SPE S.A.

CNPJ nº 58.716.461/0001-45 - NIRE nº 35.300.655.133

“Segue o Relatório da Administração Complementando o Balanço publicado no Jornal Data Mercantil nas Data 14, 15 e 16 de Março de 2026”
Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Prezados acionistas, Este relatório é fornecido em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras auditadas da Aedifica Oeste SP SPE S.A. (“Companhia” ou “Aedifica”), para o período de 09 de janeiro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Contexto operacional** A Companhia foi constituída em janeiro de 2025, na forma de sociedade de propósito específico, tendo como objeto a execução de contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos de 17 unidades escolares no Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 25 anos. Durante o exercício, foram iniciadas as mobilizações e obras das unidades previstas nas fases do contrato. **2. Desempenho operacional e financeiro** No período de 2025, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 134,3 milhões e lucro líquido de R\$ 24,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou: - Ativo total de R\$ 188,2 milhões; - Patrimônio líquido de R\$ 38,2 milhões. O desempenho refletiu o avanço das obras e o reconhecimento das receitas de construção e do ativo financeiro vinculados ao contrato de PPP. **3. Investimentos e financiamento** No exercício, a Companhia estruturou o empréstimo ponte do projeto por meio da 1ª emissão de debêntures, essencial para suportar o cronograma de investimentos, em conjunto com a integralização de capital por parte da controladora. **4. Governança e auditoria** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalvas. **5. Perspectivas** A Administração espera a continuidade do avanço na execução do contrato de PPP, com previsão de início da operação das primeiras 8 (oito) unidades no segundo semestre de 2026. **6. Considerações finais** A Administração agradece aos acionistas, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança ao longo do período. São Paulo, 13 de março de 2026. **A Administração.**

Aedifica Oeste SPE S.A.

CNPJ nº 58.716.461/0001-45 - NIRE nº 35.300.655.133

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de Março de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 23 de março de 2026, às 10:00 horas, na sede da Aedifica Oeste SPE S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931, 1º andar, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CEP 01452-910 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação, em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”), conforme assinatura constante na presente ata. **3. Mesa:** Presidiu os trabalhos o Sr. Elísio Alcântara Neto, que convidou a Sra. Maria Cecília Gonçalves de Vasconcelos para secretariar o ato. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a prestação de contas da administração, exame, discussão e votação ao Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Companhia; (iii) autorização à administração da Companhia para praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários e/ou convenientes à execução das matérias indicadas nos itens, acima, conforme aplicável; **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, a acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou o quanto segue: (i) aprovar a prestação de contas da administração, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicados no jornal Data Mercantil, em sua versão física na página 11 e em sua versão digital na página 06, nos dias 14, 15 e 16 de março de 2026, nos termos do artigo 133, § 4º da Lei das Sociedades por Ações, conforme publicações constantes do Anexo I à presente ata. (ii) declarar que o lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, equivalente ao valor total de R\$ 24.415.969,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil e novecentos e sessenta e nove reais), terá a seguinte destinação: (a) R\$ 1.220.798,00 (um milhão, cento e vinte mil, setecentos e noventa e oito reais) serão destinados à conta de reserva legal da Companhia; (b) R\$ 11.597.585,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) serão distribuídos à acionista; (c) R\$ 11.597.586,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quinhentos e oitenta e seis reais) serão destinados à conta de reservas de lucros da Companhia; (ii) aprovar que a administração da Companhia pratique todos e quaisquer atos e celebre todos e quaisquer documentos necessários e/ou convenientes à execução das matérias deliberadas nos itens 5 (i) e 5 (ii), acima, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, a celebração e/ou assinatura de todos e quaisquer instrumentos, requerimentos, formulários, declarações e/ou outros documentos no âmbito dos itens em questão. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Elísio Alcântara Neto, presidente; Maria Cecília Gonçalves de Vasconcelos, secretária. **Acionistas: E.K. Infra Social Participações S.A.** São Paulo, 23 de março de 2026. Mesa: Elísio Alcântara Neto - Presidente; Maria Cecília Gonçalves de Vasconcelos - Secretária. **Acionista: E.K. Infra Social Participações S.A.** - Por: Elísio Alcântara Neto e Bernardo dos Santos Martins - Cargo: Diretores. Jucesp nº 168.012/26-1 em 30/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Global Web Outsourcing do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.013/0001-64 - NIRE nº 353.0056305-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Ao 1º dia do mês de abril de 2026, às 09 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Santana de Parnaíba, São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Sala 1010, 10º Andar, Shopping Service, Alphaville, CEP 06541-038. **2. Presença:** A totalidade dos acionistas da Companhia, abaixo subscritos, conforme se verifica da assinatura no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada convocação prévia nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Karina Boner Léo Silva. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, foi tomada a seguinte deliberação: (i) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; (ii) Reeleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, brasileira, divorciada, nutricionista, portadora da carteira de identidade nº 2.330.861 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.064.231-03, residente e domiciliada SQN 115, Bloco A, Apartamento 601, Asa Norte, CEP 70772-010, Brasília – DF, a qual havia sido eleita na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2024, que se encontra arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº. 222.598/24-4, por despacho de 14/06/2024 e que permanece na administração da Companhia sem dissolução de continuidade sendo o respectivo termo de posse, Anexo I, lavrado no livro próprio na presente data, com mandato de 02 (dois) anos. A referida Diretora, presente a esta Reunião, declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercerem a administração da companhia e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Santana de Parnaíba – SP, 1º de abril de 2026. Mesa: Bruna Boner Léo Silva, Presidente; Karina Boner Léo Silva, Secretária. **Acionistas Presentes: FR Empreendimentos e Participações EIRELI**, Fernando Antônio Fontes Rodrigues. **Gallaxia S.A.**, Bruna Boner Léo Silva. **Midori Participações Societárias e Holding Ltda.**, Paulo César Lopes Zeredo. JUCESP nº 177.186/26-4 em 16/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Althia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2026

Data, Hora e Local: Em 27 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede social da Althia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”), na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 1, 15, 16, 17, 19, 20 e 21, Condomínio Empresarial Atibaia – CEA, Bairro Ponte Alta, cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, CEP 12952-820. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sr. Jairo Aparecido Yamamoto e secretariados pela Sra. Priscila Maiocchi da Cruz. **Publicações e Divulgações:** De acordo com o artigo 133, da Lei das S.A., o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicados no jornal “Data Mercantil”, do dia 10 de março de 2026, nas páginas de 04 à 08 na versão digital e nas páginas 12 à 16 na versão impressa. Os documentos indicados acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, foram também colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia, com pelo 01 (um) mês da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Ordem do Dia:** (i) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) Fixação do montante anual global da remuneração dos administradores, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos acionistas deliberaram o quanto segue: (i) Foram aprovados, por unanimidade e sem reservas, o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ratificando assim, os atos praticados pelos Administradores. (ii) Aprovar a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 no montante de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), sendo que a remuneração individual de cada administrador será fixada pelo Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento:** Após destacar que a deliberação acerca da destinação do lucro líquido do exercício de 2025, excepcionalmente, não foi objeto da presente Assembleia Geral Ordinária, em razão de deliberação prévia ocorrida em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 28 de novembro de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o nº 412.256/25-3, em 03 de dezembro de 2025, em virtude do disposto na Lei nº 15.270/2025, e nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Ordinária foi suspensa para lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Jairo Aparecido Yamamoto (Presidente); Priscila Maiocchi da Cruz (Secretária); Acionistas: Firstbrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda., Jairo Aparecido Yamamoto, Márcia Regina Hirota Yamamoto, Carolina Sommer Mazon, Maira Vendramini Medeiros, Rachel Giachini Sampaio Ferreira, Ricardo Vinicius Ferrari, Marcos Henrique Chepuck Miazio, Ana Lais Nascimento Vieira, Carlos Eduardo Rodrigues Silva, Denise Machado de Campos Ruggiero, Fernanda Furtado Gambim, Igor Juarez Cabral, Jonathan Pinto Morales, Juliana Pinto Morales, Michele Carusi, Olga Maria Costa Santos, Renata Coli Viotto, Verena Maria Torres, Josué Ferreira Vida, Marcella Belotti, Marina Quesiti Accattini, Priscila Maiocchi da Cruz e Valdecir Aparecido da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Atibaia, 27 de abril de 2026. Mesa: Jairo Aparecido Yamamoto – Presidente; Priscila Maiocchi da Cruz – Secretária.

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/ME nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2026 (lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações)

1. Data, Horário e Local da Assembleia: Realizada aos 30 dias do mês de março de 2026, às 11:00 horas, ocorrida de maneira semipresencial, na sede social da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. (“Companhia”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1779, 5º e 7º andares, Jardim Paulistano, CEP 01452-914 e em endereço eletrônico indicado pela mesma. **2. Convocação e Presença:** Efetuada a convocação no prazo disposto no art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e recebidos os boletins de voto de 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidida por Daniel Correa de Miranda e secretariada por Gabriel Lorandos Germani. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e votar: (i) aprovação da remuneração global dos Diretores Estatutários da Companhia. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os acionistas presentes, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram, por unanimidade de votos, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do Acordo de Acionistas vigente, aprovar a remuneração global anual da Diretoria Estatutária, exclusivamente no que se refere à sua parcela variável, no âmbito do Programa de Participação nos Resultados (PPR), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, fixada no montante total de R\$ 5.918.047,45 (cinco milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e cinco centavos), a ser distribuído entre os Diretores Estatutários da Companhia, conforme critérios e condições estabelecidos nos documentos societários e políticas internas aplicáveis. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, e não havendo manifestações, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os acionistas. Nos termos do Item 5, Seção VIII, Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, conforme alterada, fica consignado que a ata e o livro de registro aplicável serão assinados isoladamente pelos Srs. Presidente e Secretário. Mesa: Presidente: Daniel Correa de Miranda. Secretário: Gabriel Lorandos Germani. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio) São Paulo, 30 de março de 2026. Daniel Correa de Miranda – Presidente da Mesa; Gabriel Lorandos Germani – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 177.527/26-2 em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

